



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 568013 - CE (2020/0072800-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : ANTONIO CARLOS FERNANDES PINHEIRO E OUTROS
ADVOGADOS : ANTONIO CARLOS FERNANDES PINHEIRO - CE022941
JOSE DALVANIR BEZERRA DE ALMEIDA FILHO - CE025338
ADRYCIA KAROLINE FERNANDES SILVA - CE034906
FERNANDO CAIO DE QUEIROZ PINHEIRO - CE031637
KARINE FREIRE DOS SANTOS - CE042588
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : FRANCISCO IVAN BENICIO DE SA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de FRANCISCO IVAN BENICIO DE SA contra decisão de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará que extinguiu sem julgamento de mérito o HC n. 0620943-49.2020.806.0000.

Extrai-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente em 24/4/2019 pela suposta prática de crimes licitatórios, foi também afastado do cargo de Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Quixadá/CE.

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* originário, extinto sem julgamento de mérito em decisão acostada às fls. 525/531.

No presente *writ*, o impetrante alega que a pandemia de COVID-19 impõe risco maior à população carcerária, sobretudo o paciente, idoso e portador de doenças graves como diabetes e cardiopatias diversas. Invoca a Recomendação n. 62/CNJ de 17/3/2020.

Salienta que as condutas delitivas imputadas ao paciente não foram praticadas mediante violência ou grave ameaça. Assevera que o paciente preenche todos os requisitos legais para concessão de prisão domiciliar, nos termos do disposto no art. 318, II, do CPP, ainda que mediante imposição de outras medidas cautelares alternativas.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela expedição de alvará de soltura, se for o caso com aplicação de medidas cautelares alternativas, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal ou prisão domiciliar.

É o relatório.

Decido.

Verifica-se dos autos que o pedido ajuizado perante o Tribunal de origem foi extinto sem julgamento de mérito por decisão monocrática do Desembargador-Relator. A possibilidade de o paciente aguardar o deslinde da ação penal em liberdade, tendo em vista a pandemia de COVID-19, ainda não foi analisada pelo órgão colegiado do Tribunal de origem.

Assim, não compete a esta Corte Superior, a análise do mérito da impetração, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância. No mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM
HABEAS CORPUS. WRIT IMPETRADO CONTRA
DECISÃO SINGULAR DE DESEMBARGADOR DO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NÃO ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DO INCONFORMISMO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.1. É inviável o conhecimento de *habeas corpus* ou recurso quando o impetrante/recorrente se insurge contra decisão singular de Desembargador do Tribunal de Justiça, contra a qual seria cabível agravo regimental, que não foi interposto. Precedente do STF e do STJ.2. Agravo regimental improvido (AgRg no RHC 102.858/PE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 13/03/2019).

Ademais, o pleito relativo ao risco imposto à população carcerária pelo COVID-19 deve ser primeiramente aventado perante o Juízo de primeiro grau, mais próximo do caso e em melhores condições de avaliar a possibilidade de substituição da medida extrema por cautelares alternativas.

Ante todo o exposto, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik
Relator